



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 13/03/2018**

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, em convocação para realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ) no período das catorze às dezoito horas, no auditório do Centro Administrativo São Sebastião/CASS, rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco 1 – subsolo. Reuniram-se pelo segmento dos usuários – conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Rene Monteiro de Almeida Júnior (Grupo Pela Vidda – GPV/RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro - FAAPERJ); conselheira Márcia Vera Vasconcellos (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ); conselheiro Olímpio Barroso de Sá (Sindicato dos Empregados de Empresa de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro); conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); conselheiro Carlos Norberto Varaldo (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Adelson Gunzburger (Conselho Distrital da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde – conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro- SASERJ); conselheira suplente Vivian Peixoto Nogueira (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços – conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente ao Portador de Necessidades Especiais – FAMAD); conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO) e conselheira Maria Lúcia Freitas Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). A reunião iniciou-se em segunda e última convocação às 14 horas e 30 minutos de acordo com o Regimento. O **Secretário Executivo David Lima** cumprimentou a todos e disse que, antes de compor a Mesa, a pedido da Comissão Executiva, faria a leitura de alguns artigos do Regimento que falam justamente das rotinas para o ordenamento dos trabalhos nas reuniões do Colegiado do CMS/RJ. Então, deu início a leitura com o seguinte teor: **I)** as matérias para pautas, após o processo de exame prévio preparatório por parte da Comissão Executiva do CMS/RJ, serão apresentadas, por escrito, destacando-se os pontos essenciais e pautadas para a próxima reunião posterior ao exame e encaminhamento da Comissão Executiva; **II)** no início de cada reunião poderá ser pedido vistas aos processos de convênios e credenciamentos junto ao SUS, devendo o

procedimento administrativo retornar, impreterivelmente, até o final da reunião para apreciação e votação, mesmo que este direito seja exercido por mais de 1 (um) conselheiro; **III)** cada membro do Colegiado terá direito a exercer apenas um voto por assunto em deliberação, manifestando-se, de acordo com o que solicitar a Mesa coordenadora da reunião, contrariamente, favoravelmente ou abstando-se na votação; **IV)** qualquer recontagem de votos deve ser realizada quando a Mesa julgar necessário ou quando solicitada por 1 (um) ou mais membros do Colegiado; **V)** ocorrendo o empate nas votações, caberá a Presidência do Colegiado, além do voto ordinário, o voto de qualidade; **VI)** aos que se absterem de votar, que manifestarem, no ato do voto, o desejo de declarar sua abstenção, poderão exercê-la após a apuração dos votos e o anúncio da proposta vencedora, por um período de tempo não superior a 1 (um) minuto; **VII)** Questão de Ordem, Questão de Esclarecimento e Questão de Encaminhamento: **a)** a Questão de Ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais; **b)** a Questão de Ordem só pode ser solicitada por membro do Colegiado, cabendo ao coordenador da Mesa avaliar a pertinência de acatá-la ou não, ouvindo-se o Plenário em caso de conflito com o requerente; **c)** a Questão de Esclarecimento só pode ser solicitada por membro do Colegiado e nos casos em que a matéria não tiver sido bem esclarecida pela coordenação da Mesa ou por quem ela tiver delegado a fazê-lo; **d)** a Questão de Esclarecimento deve ser dirigida ao coordenador da Mesa que deve avaliar a pertinência de acatá-la ou não, ouvindo-se o Plenário em caso de conflito com o requerente; **e)** a Questão de Encaminhamento só pode ser solicitada por membro do Colegiado e nos casos em que a matéria não tiver sido bem encaminhada pela coordenação da Mesa coordenadora ou por quem ela tiver delegado a fazê-lo; **f)** a Questão de Encaminhamento deve ser dirigida ao coordenador da Mesa que deve avaliar a pertinência de acatá-la ou não, ouvindo-se o Plenário em caso de conflito com o requerente. **VIII)** não serão acatados pedidos de Questão de Ordem, de Esclarecimento, Encaminhamento, nem qualquer outro tipo manifestação inadequada depois de iniciada a votação; **IX)** os presentes à reunião que por ventura tiverem seus nomes ou os das entidades a que representam citados por algum palestrante, de forma a que venha suscitar alguma dúvida que possibilite atingir negativamente às suas imagens, poderão solicitar à coordenação da Mesa diretora o uso da palavra pelo período não superior a um minuto para negar ou esclarecer melhor o motivo de sua citação; **X)** os presentes às reuniões do Colegiado e das Comissões do CMS/RJ deverão manter comportamento de respeito à ordem dos trabalhos e aos demais presentes, sob pena de ter de acatar ordem de retirada do recinto e ainda sofrer as demais penalidades previstas neste Regimento Interno e nas leis vigentes. **Parágrafo único:** ao coordenador da Mesa cabe avaliar e indicar, caso concorde com o pedido de esclarecimento, de encaminhamento e/ou de citação quem deverá fazê-lo. Após a leitura, o **Secretário Executivo David Lima** dirigiu-se aos conselheiros e disse que, como aquela reunião estava sendo realizada no Auditório do CASS, pois havia uma regra a ser seguida por todos: que não era permitido entrar com comida e nem comer nada dentro do Auditório; que havia uma copa do lado de fora onde tem água e café. Dando encaminhamento a reunião, o **Secretário Executivo David Lima** compôs a Mesa de coordenação dos trabalhos da seguinte forma: Presidência do Conselho, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes para coordenar os trabalhos. Comissão Executiva: Usuários, conselheira Maria Edileusa Braga Freires e conselheiro Ludugério Antônio da Silva. Profissional, conselheira Maria José dos Santos Peixoto, substituindo o conselheiro Alexandre Oliveira Telles. Gestor/ Prestador, conselheiro Jaciano Santiago, inclusive representando o Secretário de Saúde na reunião e com a função de fazer a leitura da pauta. Prosseguindo, passou a direção dos trabalhos para a **presidente Fátima Lopes** que cumprimentou e deu as boas vindas aos presentes e, seguindo a ordem do dia, passou a leitura da pauta para o **conselheiro Jaciano Santiago** que cumprimentou a todos e que fez a sua leitura: 1) Deliberação das Atas de 12/12/2017 e 09/01/2018; 2) Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – **30 minutos**; 3) Escolha de um representante para participar do Comitê Estadual - Fórum Nacional de Saúde/CNJ no Rio de Janeiro – **30 minutos**; 4) Comissão de Educação Permanente – **30 minutos**, 4.1) Projeto Seja Bem-vindo; 5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - **10 minutos**; 6) Informes da Gestão da SMS – **10 minutos**; 7) Informes da Secretaria Executiva - **10 minutos**; 8) Informes do Colegiado - **30 minutos**. Após a leitura da pauta, o **conselheiro Jaciano Santiago** solicitou a inclusão de 3 (três) processos do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle que versam sobre habilitações: o primeiro de número **09/003422/2016**,

solicitação de habilitação em alta complexidade em Terapia Nutricional; o segundo de número **09/003626/2016**, habilitação em vasectomia e o terceiro de número **09/003167/2016** processo transexualizador do SUS. A seguir, o **Secretário Executivo David Lima**, a título de esclarecimento, disse que todos esses processos passaram pelo Conselho Distrital da AP 2.2, que tiveram todas as suas exigências atendidas e estavam prontos. Porém, chegaram à Secretaria Executiva, na sexta-feira, após a reunião da Comissão Executiva e que, se não entrassem na pauta da reunião daquele dia, ficariam parados por mais um mês. Por essa razão, havia pedido a alguns membros da Comissão Executiva que olhassem os processos para verem se estavam corretamente instruídos e verificassem a possibilidade de os incluírem na pauta da reunião para que pudessem ser homologados. A **presidente Fátima Lopes** colocou a pauta com a mencionada inclusão em votação que foi aprovada por maioria simples dos presentes. Dando prosseguimento, colocou em votação a deliberação das Atas de 12/12/2017 e 09/01/2018 que foram aprovadas por maioria simples dos presentes. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do **ponto dois**: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva**, com a palavra, disse que havia pedido para que o Plano Estratégico 2017 constasse na pauta porque, como todos sabiam, inclusive os conselheiros estavam cientes. O Plano Estratégico 2017 foi recebido e apresentado em diversas Áreas Programáticas pelo Secretário de Urbanismo Índio da Costa e Aspázia Camargo. Acrescentou que com referência à saúde, muita coisa que foi apresentada, foi modificada. Indagou como o Índio da Costa e Aspázia Camargo, após apresentarem o Projeto, o publicaram sem que o tivessem discutido com a Saúde. Mediante esse fato, questionou a finalidade do Conselho. Falou, ainda, que aquele Plano Estratégico deveria ter sido apresentado e discutido em todas as Áreas Programáticas e que na AP 5.1 não foi; que tinham vários requerimentos perguntando por que não foi apresentado na AP 5.1. Dirigiu-se ao **conselheiro Jaciano Santiago** e disse que gostaria que tudo o que se referisse à saúde fosse discutido com a Saúde. A **presidente Fátima Lopes** agradeceu ao conselheiro Ludugério Antônio da Silva e passou para o **item três** da pauta: Escolha de um representante para participar do Comitê Estadual - Fórum Nacional de Saúde/CNJ no Rio de Janeiro. O **conselheiro Jaciano Santiago** fez a leitura do documento do Poder Judiciário, Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Ofício N° JFRJ-OFI-2018/00859, endereçado ao Exmo. Secretário Municipal de Saúde Marco Antônio de Mattos, que trata da "Criação de comitês, comissões e grupos de trabalho e, também, do despacho feito pela S/SUBG/CDI/GAT-3 para o Conselho Municipal de Saúde. Após a leitura, o **Secretário Executivo David Lima**, a título de esclarecimento, disse que conselheiros de qualquer segmento, bastando que fossem representantes do Conselho, poderiam se candidatar; que depois da escolha do representante para representar o Conselho Municipal, faria um ofício assinado pela Presidente do Conselho e o encaminharia ao Secretário porque foi ele que foi solicitado e este responderia à Coordenação do Comitê encaminhando o conselheiro escolhido. A **presidente Fátima Lopes** depois de perguntar aos presentes quem gostaria de se candidatar, anunciou que a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** será a representante. A seguir, deixaram o **item quatro** da pauta: Comissão de Educação Permanente para ser apresentado mais adiante. Deram início, então, às habilitações que foram incluídas na pauta: Primeiro processo **09/003422/2016**, de 19 de agosto de 2016, que trata de solicitação de habilitação em Unidade de alta complexidade em Terapia Nutricional; o segundo processo **09/003626/2016** de 09 de setembro de 2016, que trata de solicitação de habilitação em vasectomia do HUGG e o terceiro processo **09/003167/2016** de 29 de julho de 2016 que trata de habilitação e credenciamento do processo transexualizador do SUS do HUGG. A **presidente Fátima Lopes** colocou em votação e verificou-se que todos os processos tiveram a habilitação aprovada pelos presentes por maioria simples com uma abstenção com declaração de voto pelo conselheiro Ludugério Antônio da Silva que, com a palavra, disse que fazia a sua declaração de voto com apenas uma pergunta à Plenária e perguntou se estava presente na reunião, o representante da AP 2.2. Dando prosseguimento, passou-se para o item cinco da pauta: Comissões do Conselho Municipal de Saúde. O **conselheiro Carlos Norberto Varaldo** da Comissão de DST-AIDS e Hepatites Virais disse que a sua Comissão, que já era pequena, ficou ainda menor porque havia restado somente ele; que o **conselheiro Rene** e a outra conselheira não apareceram mais e, que, pelas faltas que tinham, já estavam fora do Conselho; que a Coordenadora de Hepatites e Coordenadora de AIDS, também, saíram; que já têm uma nova Coordenadora de AIDS, mas ainda não têm uma Coordenadora de

Hepatitis e que têm que aguardar a próxima reunião para ver como se reorganizarão. Acrescentou que com relação à hepatite estão muito bem; que a partir do dia 28 de julho passou no Comitê o novo protocolo; que todas as pessoas com hepatite ou com qualquer dano hepático serão testadas e, se o resultado do teste for positivo, serão tratadas na hora; que não faltam medicamentos nem testes e lembrou que quando formou o Grupo Otimismo, há vinte anos atrás tinha um objetivo: no dia que o governo estivesse atendendo totalmente essas pessoas, o objetivo do Grupo teria sido alcançado e lograrão isso no dia 28 de julho "Dia Mundial da Hepatite". O governo está aumentando os testes de quatro milhões por ano, de testes rápidos para doze milhões; de quinze mil tratamentos por ano, este ano já têm sessenta e cinco mil tratamentos; que com isso, acabou basicamente o problema. O problema agora era encontrar os doentes com a hepatite C para receber o tratamento. A seguir, a **conselheira Maria José Peixoto** da Comissão de Gêneros, Raças e Etnias com a palavra, disse que o grupo da Comissão da qual faz parte está esfacelado, ausente e, que na verdade, não têm se reunido e, por conseguinte, não têm nada a apresentar; que era possível, sim, se reunirem, mas, que para isso, era necessário marcar, vir e participar; que não dava mais para brincarem de Comissão. Acrescentou que chamou o grupo para as reuniões diversas vezes e que ninguém aparecia; que por duas vezes ficou sozinha; que o acertado entre os membros da Comissão era que as reuniões aconteceriam sempre às dez horas da manhã, nos dias das reuniões ordinárias do CMS/RJ. Disse, ainda, que lhe parece, que não há interesse de fato por parte dos restantes membros da Comissão; que não dava para continuar nessa situação e pede o seu afastamento da Comissão porque para ela (a conselheira Maria José) esse comportamento era omissão e que não era omissa e achava que ninguém o devia ser. A seguir, a **conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão**, como representante da UNEGRO - União de Negros pela Igualdade do Rio de Janeiro, falou que achava que essa Comissão é muito importante e, dirigindo-se a **conselheira Maria José Peixoto**, disse que não se tratava de omissão e, sim, de se ajustar horários, porque ela mesma não poderia comparecer às reuniões nas terças-feiras pela manhã, pois, nesses dias, tinha que trabalhar até o meio dia para poder estar presente na reunião do CMS/RJ às quatorze horas. Informou que naquele dia (o da reunião) começava o Fórum Social Mundial em Salvador e que membros do movimento negro, vários outros militantes e o Conselho Nacional de Saúde estariam presentes em defesa do SUS. Por fim, convidou todos os presentes a fazerem parte daquela Comissão de Raças e Etnias a fim de fazer o grupo "bombar". O **conselheiro Jaciano Santiago**, membro da Comissão de Orçamento e Finanças, disse que os membros dessa Comissão reunir-se-iam antes da Plenária do dia vinte e seis de março que tratará da aprovação do Plano Municipal de Saúde para fazerem um Parecer sobre essa apresentação. Dando seguimento, o **conselheiro Jaciano Santiago** voltou ao item quatro da pauta "Comissão de Educação Permanente – Projeto Seja Bem-Vindo" e a **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** da Associação Mulheres Guerreiras disse que, na Comissão de Educação Permanente, apresentou uma proposta para que as pessoas que viessem ao Conselho Municipal tivessem a oportunidade de se apresentar e falar do seu propósito, que esse é o "Projeto Seja Bem-vindo" que se iniciava naquele dia. Disse, ainda, que começaria o Projeto por ela mesma e se apresentou dizendo que é diretora da ONG Mulheres Guerreiras e também atua na Associação do Bairro; que passou a fazer parte do Conselho Municipal de Saúde com o propósito de melhorar as Políticas Públicas para o desenvolvimento dos bairros, acompanhando-as, votando e dando o seu Parecer a favor ou contra. Falou, também, que quem desejasse se apresentar poderia fazê-lo em, no máximo, três minutos. Então, a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** apresentou-se e disse que é presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM, uma Instituição que já existe há vinte anos e que luta por uma qualidade de vida e sobre vida, não só de pacientes com distrofias, mas, também, com doenças neuromusculares de um modo geral. Disse que, de uns tempos para cá, a luta dela se abriu mais, não só com as doenças neuromusculares, mas, também, com doenças raras de um modo geral; que o dia vinte e nove de fevereiro é o Dia Mundial das Doenças Raras e que, no mês de março, estavam com uma jornada rara, uma série de eventos que começaram com uma caminhada no dia 4 de março; também, tiveram um Fórum no dia anterior, segunda-feira, no Instituto Fernandes Figueira, onde foi distribuído material sobre doenças raras e que no próximo dia dezesseis, sexta-feira, teriam uma audiência pública para discutirem a situação das doenças raras. Prosseguiu dizendo que a situação da Saúde Pública no país está catastrófica; que no nosso Estado, no nosso Município faltam insumos

básicos, coisas do tipo novalgina, medicamentos dos mais simples. Então, com essa situação, que imaginássemos os medicamentos órfãos, que são medicamentos caríssimos para atender a pacientes com doenças órfãs. Disse que, nos últimos meses, aconteceram vários óbitos de pessoas que ficaram sem a medicação por conta de ações arbitradas pelo Ministério da Saúde cuja via eram Mandados Judiciais que não foram cumpridos, inclusive o de uma das maiores ativistas, a Margareth, que havia morrido na penúltima segunda-feira, por conta da falta do medicamento. Também, disse que esteve em Brasília no dia vinte e oito, “brigando” com o Ministro da Saúde, porque foram gastos trinta e seis milhões de reais na compra de um medicamento para a distrofia muscular duchenne e os pacientes haviam recebido um comunicado dizendo que o tratamento estava suspenso; que havia ido a Brasília para saber o que tinha sido feito desses medicamentos mas que graças a Deus eles voltaram a ser distribuídos. Por fim, falou que existem muitas questões na saúde que se referem a doenças raras; que há treze milhões de brasileiros com algum tipo de doença rara; que há de seis a oito mil doenças raras e que oitenta por cento dessas doenças são genéticas; que enquanto houver reprodução humana pelos meios normais, haverá sempre algum tipo de doença genética; que a sua luta maior nas questões das Políticas Públicas é em relação a tirar da invisibilidade os pacientes e as doenças raras. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** foi aplaudida. Após, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira**, disse que começou a sua luta em 1982, na época do Regime Militar; que, com o fim do Regime Militar, acreditou na mudança do país; vivenciou várias lutas: a luta política não partidária, a luta política social dentro da Igreja Católica, onde participou de várias Pastorais, como a Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde; que, depois, saiu da Pastoral da Saúde porque sempre achou que as coisas têm que ser oxigenadas, as lideranças precisam ser mudadas, as pessoas não podem permanecer eternamente nos cargos, como acontecia em casos de companheiros que conhecia, que vivem eternamente como presidentes de associações. Seguiu dizendo que as pessoas devem viver os ciclos e que o ciclo dele no Conselho Distrital, também, estava terminando; que as coisas vão avançando e só mudam assim e as pessoas vão deixando o seu legado, seja bom ou ruim, mas sempre proveitoso. Depois, saiu do Movimento Social da Igreja Católica para os Movimentos Sociais Sindicais, quando começou a luta para a fundação e reativação dos sindicatos. Disse que vivenciou muita coisa; que durante vinte anos ficou filiado ao Partido Comunista do Brasil, o PC do B, onde teve grande ganho de experiências com o que conheceu e estudou; que fez vários cursos, que conheceu o que era a luta política, a tal da mais valia, que muito pouca gente tem essa noção. Novamente, achou que era momento de mudar e saiu da luta partidária e ingressou numa nova luta a convite dos companheiros; começou a frequentar os Conselhos de Saúde de onde mora em Santa Cruz; chegou como mero espectador, depois passou a membro e conselheiro. Hoje é Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, sempre tomando pancada porque não concorda com o continuísmo; entende que o seu ciclo no Conselho Distrital já está chegando ao fim; que foi uma grata experiência, foram oito anos como presidente e acreditava que as coisas têm que avançar. Concluiu dizendo que era anticapitalista, que detestava os Estados Unidos da América, mas que via que lá existe uma sociedade civil organizada, que ganha espaço, que defende o direito dos cidadãos, mesmo com toda aquela infraestrutura, aquela covardia que fazem na questão da saúde, na questão social, na questão racial; mas mesmo assim, uma sociedade civil organizada que vem do povo, como dizia a frase: “do povo para o povo e com o povo”. Que era esse o Estado que achava que tinha que ser feito e não o Estado que se faz aí, um Estado partidário, político, onde só os maiores ganham, enquanto os menores sofrem com a deficiência que se vê na saúde e agradeceu a oportunidade. Houve, no final da falação, aplausos. A próxima a se apresentar foi a **conselheira Maria Lúcia Freitas Santos**, professora da UFRJ, que disse ter a honra e o prazer de representar a UFRJ no Conselho Municipal de Saúde, um espaço caro e importante; não como prestador de serviços mas como parceiro, tanto na área de formação de pessoal como na discussão sobre a inserção de novos medicamentos, novos insumos e tecnologias. Que é um privilégio a função da Universidade na participação dos Conselhos. Que têm a oportunidade de colocar à disposição da sociedade a Universidade como parceira para avaliar o que têm recebido de investimento. Que é uma forma de devolverem para a sociedade o que a sociedade lhes proporciona neste espaço público: uma Universidade Pública que se coloca à disposição da sociedade. Falou, também, que era raro estar nesse espaço porque tinha uma agenda bastante cheia, mas sabia que aquele espaço era importante e que pensava

que deveriam, enquanto Conselho Municipal de Saúde, pensar numa forma melhor de aproveitar a participação das Universidades naquele espaço. Achava que precisavam aproveitar melhor aquele espaço, enquanto Universidade para discutirem o que é a Universidade, o que são os hospitais universitários como parceiros no Sistema de Saúde Municipal. E, ainda, que não querem ser prestadores de serviços; que, agora, respondem a um processo judicial e que tiveram um embate semana passada que terminou depois das dezenove horas porque a UFRJ se recusa a contratualizar prestação de serviço. Concluiu dizendo que, o que interessa à Universidade são as doenças raras, as coisas que ninguém consegue resolver, as coisas que não podem estar numa Central de Regulação normal, comum, corriqueira; que têm que trabalhar com a lógica da incorporação das necessidades porque a questão das doenças raras não será resolvida no Hospital Souza Aguiar e, sim, em uma Universidade. Então, agradeceu a oportunidade de ter falado e disse que esse era o informe que daria no final e reforçou na fala dela que deveriam aproveitar mais a presença da Universidade porquanto aprovar novas habilitações é simples e é o de menos, que o maior é o que significam para a saúde da população carioca. O **conselheiro Adelson Gunzburger**, com a palavra, disse que representava a AP 4; que sua formação era em Administração; que sempre trabalhou na Administração Pública e que tinha origem na Fundação Getúlio Vargas. Entrou para o Conselho Municipal de Saúde, por via do Conselho Distrital da AP 4, onde, há tempos, havia ido lá para auxiliar um presidente e por lá permaneceu. Depois, aquele presidente saiu e no ano passado foi eleito para representar a AP 4 no Conselho Municipal de Saúde. A seguir, disse que seja em nível distrital, seja em nível municipal, efetivamente não estavam cumprindo o papel que deveriam; que os conselheiros prestassem atenção a Resolução 579 de fevereiro de 2018, do Conselho Nacional de Saúde, que devem ter recebido. Falou que essa Resolução amplia as obrigações dos conselhos municipais e que já na anterior constava uma quantidade de colocações, de itens, de lei e de resoluções que, na realidade, o Conselho Municipal e por sua vez os distritais não cumpriam. Finalizou, entendendo que com essas Resoluções e com essas Leis, os conselhos municipais são cada vez mais envolvidos e que, daqui a pouco, uma parte, uma grande parte ou tudo o que possa ocorrer em relação à saúde do nosso município será de responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde. Com isso, o conselheiro foi aplaudido pelos presentes. Em continuação, a **conselheira Edna Corrêa Moreira**, conselheira do segmento gestor, representando a Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, disse que a companheira e **conselheira Fátima Pinto** apresentou o “Projeto Seja Bem-vindo” porque entendeu que seria bom, no início de um novo ano, dar oportunidade aos conselheiros de se apresentarem junto aos demais, usando no máximo três minutos para falarem quem são, quem representam e qual o ideal que têm. Assim sendo, a Comissão de Educação Permanente acatou em razão de ter percebido que, de alguma forma, isso colaboraria com uma maior interação entre os conselheiros, pois muitas vezes, acontece de as pessoas estarem perto umas das outras e não se conhecerem, não saberem que entidades representam. Disse, ainda que, quando era acadêmica, foi participante e conselheira representando uma Liga Acadêmica no Conselho Estadual do Idoso no Amazonas, de onde veio; que no Rio de Janeiro foi conselheira na AP 2.2, representando o segmento profissional e que, quando a UNIRIO foi aclamada na Conferência, a direção a indicou para representar a UNIRIO pelo segmento gestor. Por fim, disse que era uma estudiosa da saúde pública, sanitarista, médica, que seu mestrado foi sobre o SUS, que trabalha com doenças raras no setor de Genética do Gaffrée Guinle; que ama estar no espaço público de saúde, no Sistema Único de Saúde, que ama estar no Conselho Municipal de Saúde representando a UNIRIO e que seu propósito é trabalhar em prol da saúde pública. Ao final da apresentação foi aplaudida. A seguir, a **conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira**, informando que é formada em Administração Hospitalar; que representa a Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente ao Portador de Necessidades Especiais – FAMAD que trata de crianças encefalopatas, na Praça Seca, na rua Jacurá; que, hoje, essa Fundação tem em torno de quatrocentos assistidos e que trabalham a reabilitação intelectual e fisioterapia em crianças de zero a dezoito anos. Disse que já foi presidente da Fundação Municipal de Saúde do Município de Bom Jardim, que fez parte do Conselho Municipal de Saúde de Bom Jardim, de 2006 a 2009 e que, a FAMAD é uma fundação filantrópica que não recebe verba pública e que luta com muita dificuldade, como todos da Saúde mas que estavam no Conselho Municipal de Saúde com o objetivo de fazer uma saúde melhor no Brasil. Que há três anos, mais ou menos, conseguiram fazer um

convênio de reabilitação com o SUS. Acrescentou que a Fundação vive de verba oriunda de eventos; que tem quase quinhentos associados que ajudam muito (empresários, pessoas físicas) e que estão sempre fazendo eventos e, de dois em dois meses, fazem um almoço beneficente. Disse que a Fundação é fiscalizada pelo Ministério Público; que anualmente as contas da Fundação têm que ser encaminhadas ao Ministério Público para aprovação. Finalizou dizendo que foram convidados a fazer parte do Conselho Municipal de Saúde e estão na batalha e que cada um deve dar um pouquinho de si para que juntos consigam fazer uma coisa maior para combater tudo de errado que tem o nosso país. Ao fim, foi muito aplaudida pelos presentes. Dando prosseguimento, a **conselheira Maria Edileusa Braga Freires**, com a palavra, disse que mora na Rocinha há trinta e nove anos; que quando chegou lá, tinha vinte e sete anos de idade e que sempre se interessou pela saúde. Chegou a fazer um curso de técnico em enfermagem, mas nunca praticou, porque desistiu quando foi fazer o estágio. Contudo, sempre gostou de estar atuando e ajudando as pessoas. Acrescentou que a Rocinha abrange um território muito grande; que na época em que lá chegou, já era grande e que, lá, só havia um Posto de Saúde que, de tão pequeno, o chamava de “caixa de fósforos”, mas que atendia toda a demanda; que, hoje, esse Posto é o Albert Sabin e que o Miguel Couto recebia todos do Rio e Grande Rio. Disse que sempre se interessou pela saúde porque via muito sofrimento, via pessoas machucadas dentro da comunidade que não tinham como fazer um curativo, não havia saúde naquela comunidade tão grande e tão precária. Tudo o que via a entristecia muito, pois as dificuldades eram muitas; hoje, ainda há dificuldades, mas naquela época, eram piores, sequer tinham água potável. Fez parte da Pastoral da Saúde juntamente com uma enfermeira que trabalhava no Posto da Rocinha. Depois, foi para a Pastoral da Criança e, lá, viu mais pobreza ainda e mais dificuldades e mais descaso. Estava com sessenta anos de idade e militava desde os vinte e sete anos. Trabalhou na Associação de Moradores, a UPMMR, junto com outro grupo de militância e foi lá que lhe falaram do Conselho da AP 2.1 e a convidaram a fazer parte daquele Conselho Distrital e, lá, nasceu a sua luta nos Conselhos que dura quase 10 anos. Foi no Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 que tomou conhecimento da importância de ter alguém da comunidade participando nos Conselhos. Depois, veio para o Conselho Municipal de Saúde. Disse, ainda, que houve uma reunião na qual o Presidente da República esteve presente na comunidade e ela (a conselheira) pediu ao Presidente mais saúde dentro da Rocinha. Então, vieram as Clínicas da Família, porque havia pedido ao Presidente. Disse que relatou ao Presidente o caso de um paciente que o emocionou muito e o Presidente disse que iria fazer uma Policlínica que seria referência no Rio de Janeiro, dentro daquela comunidade. Concluiu a fala dizendo que, às vezes, lutam pelo ideal e às vezes são enganados. Mas que, se hoje têm saúde, se têm o Albert Sabin reformado, se têm o Rinaldo De Lamare, se têm as Clínicas da Família dentro daquela comunidade, foi graças a um trabalho de formiguinha que começou lá atrás e hoje vêem os frutos e resultados. Resultados que vieram de lutas e, é isso que tem que ser feito: acreditar, confiar, lutar juntos e que tinha orgulho do seu trabalho. A **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** agradeceu às pessoas que participaram da apresentação dizendo que no próximo mês continuará para quem quiser se apresentar, falar dos seus projetos, dos seus trabalhos. Agradeceu e foi aplaudida. A seguir, o **conselheiro Jaciano Santiago** passou para o ponto seis da pauta: Informes da Gestão da SMS. Disse que o secretário pediu que, em virtude das questões relacionadas a medicamentos que têm ocorrido, agendasse, junto a todos os presidentes dos Conselhos Distritais que compõem o CMS/RJ, uma visita ao galpão de medicamentos. Que pediria à presidente do CMS/RJ para entrar em contato com os presidentes dos Conselhos Distritais para marcar uma data para visitarem o referido galpão. Prosseguiu para os Informes da Secretaria Executiva e o **Secretário Executivo David Lima** disse que dia vinte e seis de março aconteceria, naquele auditório, a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde para discutirem e deliberarem sobre o Plano Municipal de Saúde 2018/2021. Informou que esse Plano já foi apresentado para discussão em todos os Conselhos Distritais, faltando somente o Conselho da AP 2.2, o que seria feito na semana seguinte. Disse, também, que naquele dia, havia sido enviado aos conselheiros, um e-mail com referência à proposta em construção do Plano para que eles o analisassem e pudessem, no dia vinte e seis, discuti-lo. Pediu aos conselheiros que não faltassem àquela reunião extraordinária. A seguir, o **conselheiro Jaciano Santiago** passou para o ponto “Informes do Colegiado” e lembrou que a **conselheira Maria Lúcia Freitas** já havia dado o seu informe quando se apresentou no “Projeto Seja bem-vindo”. O primeiro a dar informe

foi o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** dizendo que, no dia seis de março, houve mudança da Coordenação de Saúde da AP 5.3 e que a **Sra. Leila Marino**, que por doze anos foi coordenadora daquela AP 5.3 e foi exonerada, deixando um legado de parceria e de grandes conquistas. Disse que em seu lugar foi nomeada a **Sra. Cilene**, servidora da área, que trabalha há muito tempo com eles, assumiu o cargo de coordenadora de saúde daquela área e que desejavam para a atual coordenadora o mesmo sucesso da anterior. Sobre o hospital Pedro II, o conselheiro disse que já havia falado o que ocorria por lá; o que se vê na televisão não é mentira é a pura realidade. O hospital funciona precariamente e o que acontece lá dentro é genocídio, as pessoas realmente estão morrendo por falta de atendimento. A prefeitura, o gestor municipal diz que o problema é da organização social. Por sua vez, a organização social diz que o problema é da prefeitura. Acrescentou que gostaria que uma comissão do Conselho Municipal de Saúde fosse visitar aquele hospital e, também, as Unidades de Pronto Atendimento para ver como estão funcionando, que não se consegue nenhuma informação, não se consegue avançar em nada. Disse que pediu a presença do doutor Mário para falar da questão das Unidades de Pronto Atendimento porque não tinham nenhuma manutenção de serviço, estavam sem medicamentos na Atenção Básica, sem nenhum atendimento. Os pacientes que chegam a essas Unidades estão sendo regulados para o Hospital Miguel Couto, a sessenta quilômetros de distância pela Avenida Brasil. Por fim, disse que era essa a situação da saúde em Santa Cruz e que estavam retrocedendo à década de 70/80, a uma época em que não tinham saúde e viviam no abandono, em um deserto sanitário. Que, infelizmente, o retrocesso chegou em tudo o que conquistaram. Que tudo o que perderam e tudo o que está acontecendo em Santa Cruz é falta de gestão, de administração e por incompetência de um administrador que não conhece a realidade, a necessidade da população de Santa Cruz e que esse informe era um grito de socorro. O próximo a ter a palavra foi o **Sr. Sérgio Castro** que, após cumprimentar os membros da Mesa e a todos os presentes, disse que era da Associação de Moradores do Parque Resplendor, em Cosmos e da Executiva da AP 5.2. Informou que ficou muito surpreso com relação à Academia que está presente no evento do Conselho de onde faz parte inclusive numa região sudeste que é em Minas Gerais. Lá nós temos a academia, a faculdade São João Del Rei para trabalhar na área do meio ambiente, na área de geração de energia e faz parte também da comissão gestora local na área de saneamento de Santa Cruz Vala do Sangue, aonde estão tentando procurar a geração de energia através do metano e que se colocaram à disposição. Mas infelizmente não sabe como é esse sistema. Informou que já está aposentado, mas que continua dentro de sua área e de vir aqui observar nessas secretarias que procurou ultimamente, que é a Secretaria de Meio Ambiente. Disse que chegando lá e que irá falar com o Secretário, ele não era um ambientalista, um engenheiro, um advogado que muitas das vezes perguntou sobre licenciamento e não sabia. Então, isso aí é um dos casos que nós temos que levar mais a fundo, aproveitando a saúde, porque nós temos uma construção de saneamento básico na cidade do Rio de Janeiro que você nem imagina o volume que isso vai produzir de metano. Nós podemos aproveitar esse metano e gerar energia para o Hospital Rocha Faria, o Hospital Pedro II, as escolas e os excedentes você joga na rede e não fica na dependência, o que a gente está precisando de técnicos e nós somos voluntariado. Informou que pertence a uma associação de empresas geradoras de média e grande tensão de energia renováveis. Enfim, buscar essa observação lá no Hospital Rocha Faria. Quando o secretário esteve lá, nós conversamos, tem o Ronald Hulk e apresentei esse projeto, inclusive por coincidência coloquei os três geradores a diesel lá. A gente pode trocar aqueles geradores a diesel e usar o metano ou pode usar o biogás diminuindo o custo para a prefeitura. Por exemplo: nesse prédio podemos reduzir trinta, trinta e cinco por cento do seu consumo de energia e, isso o Conselho Municipal de Saúde o faz. Isso é saúde. Informo que agora, é suplente da presidente Neide Neres do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 e que a presidente lhe havia feito o pedido para que reivindicasse junto ao Secretário Municipal de Saúde que quando ele (o secretário) ou o secretário junto com o prefeito fossem visitar a AP 5.2, que avisassem o Conselho Distrital porque naquele dia não haviam sido avisados da visita do Secretário e as informações ficaram truncadas. Também, informou que no dia dezessete de março, às dez horas, farão uma reunião no auditório do Hospital Rocha Faria com o objetivo de fazer uma valorização do patrimônio do SUS - os servidores estatutários e trabalhadores da saúde. Disse que foram convidadas as AP's 5.1 e 5.3 e todos aqueles que quiserem participar. Por fim, disse estar à disposição da Prefeitura e do Estado; que estão



participando de algumas obras gigantescas, inclusive uma em Santa Cruz, em Palmares na Avenida Brasil, que trouxe o metano que vem de São Pedro da Aldeia e com o tratamento de esgoto de uma ETE de dezoito metros de diâmetro, quantos megawatts pode gerar lá? E, tem um projeto dentro da prefeitura que vai queimar aquele gás e jogar fora. Disse que está marcando uma reunião com o pessoal da aeronáutica para ver se conseguem interditar isso, aproveitar esse gás para gerar energia para os aviões a jato quando vai chegando, com a temperatura muito alta podem ter problema. É uma sugestão e agradeceu. Aplausos. A **conselheira Maria de Fátima Silva Pinto**, em seu informe, disse que sabia das dificuldades que a prefeitura está passando, inclusive com a falta de remédios nos hospitais, mas que queria reivindicar uma Clínica da Família para Bento Ribeiro, porque lá não existe nenhuma ou, pelo menos, se possível abrir um espaço na de Marechal Hermes para que a população pudesse ser atendida lá. A seguir, o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** dirigindo-se às **conselheiras Maria Lúcia Freitas Santos e Carmen Sandra Portugal Nogueira** disse que eram bem-vindas e, já que queriam ajudar, existem várias Comissões no CMS/RJ que gostariam de tê-las como membros participantes. Falou que a televisão e os jornais vêm noticiando o que está ocorrendo na Vila Kennedy e Bangu; que, lá, têm uma UPA, o CMS Henrique Monat e a Clínica da Família Wilson Mello de Souza. Acrescentou que os funcionários dessa Clínica da Família, mesmo com essa intervenção do Exército, não conseguem trabalhar; que a clínica está toda furada de tiros. Então, fez um apelo para salvar, resguardar e proteger os trabalhadores da clínica porque a intervenção do Exército não está conseguindo fazer com que as coisas funcionem. Disse que pedia socorro porque a maioria dos funcionários pediu demissão do serviço e quem mais fica prejudicado no atendimento é o usuário. Para terminar seu informe, disse que quase todo o dia passa no Hospital Municipal Albert Schweitzer e, lá, os funcionários estão sobrecarregados e que está sendo difícil, mas têm feito de tudo para atenderem a demanda que aumentou muito por conta da situação que o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira narrou com relação ao Pedro II e Rocha Faria. Concluiu dizendo que o Hospital Albert Schweitzer não tem a mínima condição de atender a demanda atual, a não ser que a Secretaria aumente todos os recursos e infraestrutura. A seguir, o **conselheiro Marinaldo Santos** do Sindicato dos Psicólogos dirigiu-se ao **conselheiro Ludugério Silva** e disse que não é preciso apenas segurança para os trabalhadores da saúde, mas, fundamentalmente, que o povo possa trabalhar na praça com os seus quiosques; que isso é fundamental tendo em vista a forma como aconteceu; que há mais de quinze anos eles reivindicam que sejam cadastrados e legalizados e a prefeitura nada fez em relação a isso. Depois, disse que todos os presentes sabiam que as diversas categorias da saúde estavam saindo da greve nas Unidades, porém, novos atrasos no pagamento dos salários estavam recomeçando. Os psicólogos foram a única categoria que não saiu da greve, fundamentalmente a Saúde Mental. Achava que a categoria teria, na sexta-feira seguinte, uma assembléia para avaliar a oportunidade de sair ou continuar a greve mas com a continuidade dos novos atrasos no pagamento dos salários, provavelmente, continuariam em greve. Acrescentou que é impraticável a forma como o Município trata essa questão: desrespeitosa para com o trabalhador. Entendia que a terceirização que fizeram na saúde através das Organizações Sociais é um sistema equivocado e falido e que, de há muito, reivindicam concurso público, que os trabalhadores sejam efetivos, pois com certeza, a saúde não estaria no estado que se encontra hoje. Com a palavra, a **conselheira Sônia Nascimento**, primeiramente, reclamou do frio que fazia no auditório, depois, disse que gostou da oportunidade dada aos conselheiros de falarem quem eram, porque ela mesma não sabia que uma mestre da UFRJ fazia parte do Conselho. Disse, ainda, que essa mestre, naquele dia, havia lhe dado um cartão e a convidou a fazer parte de um grupo que tinha por conta da mesma pertencer ao Movimento Negro. Acrescentou que, naquele dia, às dezoito horas, estaria na UERJ para participar da Primeira Semana de Mulheres - Pedagogia UERJ; que comporia a Mesa e trataria do tema "Mulheres e aborto legal". Declarou ser muito feliz e grata por participar do CMS/RJ, pois lhe deu a possibilidade de abrir o leque, as portas e a mente. Comentou que, instantes atrás, seu telefone havia tocado e era uma mestranda querendo informações sobre o Conselho de Saúde, querendo saber, verdadeiramente, se o Conselho é deliberativo, se os conselheiros fazem conchavos com a prefeitura. A conselheira respondeu para a mestranda que, antes de tudo, lesse a Lei e que depois conversaria com ela. Dirigiu-se a **conselheira Maria José Peixoto** e fez uma proposta para que constasse na pauta de alguma reunião futura o tema "Racismo Institucional" alegando que o SUS ainda fere e mata. Disse que, há pouco tempo,

perdeu uma amiga porque não conseguiu detectar que estava com um mioma e quando descobriu estava em estágio avançado, era um câncer, tendo que pagar uma cirurgia em Seropédica. Concluiu informando que sabem que há um racismo estrutural, que a mortalidade materna continua; que são as mulheres pretas, pobres da periferia, que morrem pelo aborto porque as que têm grana os fazem nas clínicas; que está fazendo uma pesquisa sobre aborto e, esse ano, um milhão de mulheres o farão, mulheres que estão abandonadas pelo SUS. Então, a **conselheira Maria José Peixoto** disse que, primeiramente, antes de ser trazido para o plenário, o tema proposto deveria ser discutido no grupo. Achava que vivemos em um país que, por mais que se fale, por mais que se grite, todos sabem que a maioria é preconceituosa; o que mais a surpreendia e acreditava ser muito grave eram os discursos de pessoas preconceituosas querendo se passar por pessoas não preconceituosas e, também, os discursos políticos feitos para todos, mas que, em um determinado momento, percebia-se que eram dirigidos somente para aquelas criaturinhas a quem interessava àquela criatura política. Disse que vivemos num engodo tremendo; que precisamos fazer uma reflexão, uma avaliação da política brasileira falando do Rio de Janeiro. Que, quando se vê determinadas matérias que foram gravadas, nota-se que ali há atos preconceituosos. Mencionou ter um problema aqui no Município do Rio de Janeiro com determinado político, com o qual bateu de frente porque fala uma coisa aqui e depois sua atitude é discordante daquilo que falou. Entendia que devia haver coerência entre o discurso e a prática dos atos dos políticos porque o que se vê na televisão são políticos fazendo discursos bonitos, maquiados e lindos e depois que ganham as eleições dão uma banana para quem os elegeram. A conselheira disse estar muito revoltada com alguns políticos; que eles estão com medo de que ela fale, porque eles sabem que tem provas, que filmou, gravou e printou bastante material para fazer prova, mas não iria jogar no ar agora, só se for preciso. Com relação à questão da saúde da Cidade do Rio de Janeiro disse que todos sabem que é muito séria. A falta de medicamentos na ponta é notória; que em dezembro, janeiro e fevereiro tiveram reuniões, audiências públicas e audiências de conciliações com o Ministério do Trabalho e ficou muito claro a falta de medicamentos na ponta denunciada pelos setores. Esclareceu que o galpão, por vezes, pode estar cheio porque, de vez em quando, os medicamentos chegam de uma só vez, mas não chegam à ponta. Reportou-se a uma reunião em que foi com o Secretário e percebeu que ele (o secretário) tem boa vontade, mas sabia que entre a vontade e o fazer existe a Secretaria de Fazenda e tudo se discute no Financeiro da Prefeitura e encalha na Secretaria de Fazenda porque alegam não ter dinheiro. Acrescentou que não foi só Santa Cruz que retrocedeu quinze anos; que as pessoas da Zona Oeste têm que acordar e votar em pessoas comprometidas com a sociedade, principalmente aquela que mais precisa da assistência, pois aqueles que têm suas vidas equilibradas não precisam tanto do serviço público, mas aqueles que estão abaixo do nível da pobreza precisam e eles (os conselheiros) têm a obrigação e o dever de defender o serviço público para o povo, principalmente para o povo pobre. Disse que o CMS/RJ sempre pautou nessa luta, mas chega uma hora que os conselheiros ficam com pés e mãos atados porque não são gestores, não definem nada, apenas discutem e debatem; que quem define é a gestão, que é a gestão que diz não haver dinheiro e nem ter como buscá-lo; que isso foi dito, abertamente, em fevereiro para a Juíza, para a Desembargadora e para a Presidente do Ministério do Trabalho. A conselheira alegou que sempre pediu uma reunião para que os conselheiros municipais e distritais pudessem discutir metas, como podiam trabalhar objetivando um denominador melhor do que o atual, com o povo morrendo nas emergências do Município e do Estado e até do Hospital do Andaraí. Disse, ainda, que as pessoas não morrem no Hospital da Lagoa, porque aquele hospital não tem porta aberta vinte e quatro horas; mas nos hospitais que têm porta aberta as pessoas vão morrer; que sabem das dificuldades do Getúlio Vargas, Rocha Faria, Pedro II e que achava que, apesar de eles estarem municipalizados, o Estado devia passar algum recurso financeiro para esses hospitais e perguntou para onde iria esse dinheiro do repasse. Entendia, com todo o respeito que tinha pelos trabalhadores que não têm nada a haver com isso, que essas Organizações Sociais que assumiram a Atenção Básica e a Saúde Mental são um câncer na saúde porque são perversas porque o governo diz que paga a elas e elas dizem que não paga e perguntou onde está a verdade? O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, também, não têm esse resultado. Então, achava que precisavam discutir e solicitar do Conselho uma caminhada de luta em defesa do concurso público para a saúde; que não podiam abrir mão disso, pois enquanto a saúde tiver os penduricalhos na ponta, as

pessoas não terão saúde de qualidade. Que podiam ter uma certeza disso, aliás, como bem colocou o conselheiro Marinaldo Santos. Acrescentou a tudo isso, que as organizações sociais entraram na saúde, ainda no governo César Maia com as cooperativas e que haviam conseguido ganhar a ação de desterceirização do Hospital Lourenço Jorge. Que tem toda uma história que começou nos anos 80 e 90. Portanto, precisam fazer esse estudo e encontrar soluções para esse problema, porque, caso contrário, o povo vai continuar morrendo nos hospitais. Por fim, informou que havia um movimento que já durava toda a semana anterior até aquela data na Assembléia Legislativa em defesa do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Estaduais e contava com a presença de vários sindicatos defendendo o PCCS e que paguem o que devem aos servidores, pois, os trabalhadores ainda não receberam o décimo terceiro de 2017 e nem o salário de março de 2018. Alertou que o retrocesso está chegando, que o Estado não está melhorando e que só sairão da ALERJ com a vitória do PCCS da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, incluindo o IASERJ. Dando prosseguimento, a **presidente Fátima Lopes** dirigiu-se ao **conselheiro Jaciano Santiago** para transmitir o agradecimento da Comunidade da Maré pela inauguração de duas Clínicas da Família que há quase dois anos estavam prontas e sem inauguração e a saúde funcionava nos porões do CIEP: A primeira inaugurada foi a Clínica da Família Diniz, na Maré II, próximo ao 24° BIB, na entrada para a Ilha do Governador e a segunda foi a Clínica da Família Jeremias inaugurada na semana anterior àquela reunião. Informou que quanto ao Hospital de Bonsucesso, embora seja um hospital de excelência, não está melhor nem pior do que os demais; que costuma dizer que lá tem uma maca que não anda. Disse, ainda, que na Conferência Nacional de Vigilância em Saúde que teve a participação de autoridades, em uma plenária livre, falou e que, não sabia dizer se foi por causa da fala dela, mas no dia anterior ao daquela reunião, teve a grata surpresa de saber que o diretor daquele hospital havia sido trocado e esperava que agora tudo melhorasse. Que naquele prédio bonito, foi inaugurada a nova emergência com oito médicos e que precisava de duzentos e dez e que era uma brincadeira aquela emergência não funcionar. Concluiu informando que naquele dia, pela manhã, haviam ligado para ela para dizer que a emergência do Hospital de Bonsucesso será referendada pelo gestor pleno e que o gestor pleno é o Secretário de Saúde e com isso, teriam que sentar para conversar com o Secretário sobre como ficará essa regulação referendada; então pediu ao **conselheiro Jaciano Santiago** que transmitisse essa notícia ao Secretário de Saúde. Agradeceu a presença de todos, da conselheira Fátima Pinto e da conselheira Edna pelo ponto da Educação Permanente e disse ter sido muito bom ouvir tudo o que foi dito e assim deu por encerrada a sua fala. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezesseis horas e oito minutos e eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Maria da Conceição Ramos de Carvalho

Maria de Fátima Gustavo Lopes